

Justiça Federal da Primeira Região celebra mais de 6,6 mil acordos durante V Semana Nacional da Conciliação

AS CONCILIAÇÕES OBTIDAS NAS MAIS DE 10 MIL AUDIÊNCIAS COLOCARAM O TRIBUNAL EM 6.º LUGAR NO “RANKING” NACIONAL. DESTAQUE PARA OS MUTIRÕES DOS JEFS NO ESTADO DO PARÁ



ARTECHU

▼ RICARDO CASSIANO

“Um grande passo para a mudança de cultura e de paradigmas”. Foi com essa expressão que o coordenador do projeto de Conciliação da Primeira Região, desembargador federal Reynaldo Fonseca, definiu os resultados da V Semana Nacional da Conciliação, ocorrida entre os dias 29 de novembro e 3 de dezembro. A Primeira Região fechou a semana com o segundo melhor desempenho desde 2006. Foram contabilizadas 10.072 audiências – de um total de 26 mil em toda a Justiça Federal –, com 6.654 acordos celebrados, que somam 66% de sucesso obtido. Nos cinco dias de conciliação, mais de 15 mil pessoas

foram atendidas, e os valores negociados passaram da marca de 35,1 milhões de reais.

Os números colocaram a Primeira Região na sexta posição do “ranking” nacional, de um total de 53 tribunais participantes. Os resultados só foram superados pelos tribunais de Justiça (TJs) da Bahia, de Goiás, Minas Gerais, Santa Catarina e São Paulo. Teve, assim, o melhor desempenho no número de acordos celebrados no âmbito dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais Regionais do Trabalho. O destaque foram as matérias previdenciárias. Em apenas dois mutirões dos Juizados Especiais Federais



Presidente abre solenidade de entrega de baixas de hipoteca. Ao lado, mutuário da Caixa recebe o documento

(JEF) ocorridos no Pará durante a semana da conciliação foram realizadas mais de 7.500 audiências. A sede da Seção Judiciária (Belém) e a Subseção de Castanhal, no interior, atenderam trabalhadores de 80 dos 143 municípios do segundo maior estado do país – em extensão territorial. Os mutirões contaram com a participação de 20 juízes federais, dezenas de servidores e mais de 300 voluntários, e resultaram em 15 milhões de reais em pagamentos de benefícios. No total da Primeira Região, alcançaram-se mais de 35 milhões de reais.

Os embates relacionados ao financiamento da casa própria também ocuparam boa parte das mesas de conciliação. Segundo o desembargador federal Reynaldo Soares, os processos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) respondem a cerca de 30% do total de feitos em que há tentativa

de acordo. Nessa área, o TRF da 1.ª Região promoveu, no dia primeiro de dezembro, na sede do Tribunal, em Brasília, uma cerimônia simbólica de entrega de baixas de hipoteca a mutuários acordantes, como forma de valorizar a resolução pacífica dos conflitos judiciais.

Outra medida foi a inclusão, na Semana realizada na Justiça Federal, da conciliação em feitos criminais. Os processos foram resolvidos nas duas varas federais de Governador Valadares, em Minas Gerais. Esse tipo de acordo está previsto na Lei n.º 9.099, de setembro de 1995, que prevê as audiências (acordos) para crimes de menor potencial ofensivo. “A Justiça Federal está sendo emblemática nessa questão”, afirmou o magistrado Reynaldo Soares.

A semana foi aberta oficialmente na Primeira Região pelo presidente do TRF, desembargador federal Olindo Menezes, durante solenidade de instalação da 7.ª Vara Federal do Piauí, na capital Teresina. Na ocasião, o magistrado afirmou que o projeto é uma forma inovadora de compor os litígios. “Em vez de se ter uma sentença ditada por um juiz, que leva muitas vezes a um recurso da parte insatisfeita, aqui não, o processo chega ao fim imediatamente”, frisou o presidente.

Números gerais

Em todo o país, a V Semana Nacional da Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), contabilizou 362 mil audiências realizadas, de um total de 439 mil designadas. Mais de 47% das audiências – mais de 170



Mutirão dos Juizados Especiais Federais em Belém, no Pará, mobilizou 10 juízes federais, 48 servidores e 250 estagiários

mil – terminaram em acordo. As transações chegaram a R\$ 1,07 bilhão em valores homologados, e mais de 817 mil pessoas envolvidas nos processos foram atendidas.

Segundo dados do CNJ, a semana mobilizou 53 tribunais, 22.550 magistrados, 1.711 juízes, 23.798 conciliadores e 46.958 colaboradores, num total de 95.017 participantes. Cada magistrado atendeu 36 pessoas, em média. A Justiça Federal realizou 25.980 audiências, com 14.991 acordos fechados – um percentual de 57,7% de conciliações.

Histórico

A conciliação não é tema recente nas ações promovidas pelo TRF e pelas seções e subseções judiciárias da 1.ª Região. Até 2006, diversas iniciativas foram desenvolvidas na área, gerando percentuais de acordo significativos, especialmente em matérias relacionadas ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH). As seccionais de Minas Gerais, do Distrito Federal, Maranhão e Pará se destacaram na vanguarda dessas ações.

Em 2006, foi implantado, de forma definitiva, um projeto de conciliação na área do SFH, por meio de resolução assinada ainda em 2005.

A sistematização dos trabalhos se iniciou na Seção Judiciária de Minas Gerais e logo se espalhou por todas as 14 unidades federativas – incluindo o Distrito Federal – que compõem a primeira região da Justiça Federal. Foram efetuados diversos mutirões, com audiências de conciliação, sempre em parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF) e com a Empresa Gestora de Ativos (EMGEA). Em março de 2008, o projeto de conciliação expandiu-se e passou a contemplar, também, a área previdenciária, em parceria com o INSS.

A Justiça Federal da 1.ª Região participa da Semana Nacional da Conciliação desde 2006. O maior número de acordos foi registrado em 2008, quando 7.193 processos terminaram de forma amigável, atingindo a marca expressiva de 81% de sucesso nas audiências realizadas. ■

SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO

Balanco - TRF da 1.ª Região

AUDIÊNCIAS REALIZADAS	10.072
ACORDOS CELEBRADOS	6.654
PERCENTUAL DE ACORDOS	66%
PESSOAS ATENDIDAS	15.614
VALORES NEGOCIADOS	R\$ 35,1 MILHÕES

Fonte: CJF



FOTOS SECOSPA

Cerca de quatro mil audiências em um ginásio de esportes em Belém



JEF do Amapá celebra 1.400 ACORDOS

SECRETARIA ESTIMA EM
MAIS DE R\$ 20 MILHÕES
O TOTAL DE VALORES
NEGOCIADOS

RICARDO CASSIANO

O Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Amapá encontrou uma forma prática de reduzir, de uma só vez, cerca de 10% de todo o acervo de processos em tramitação no JEF. Pelo caminho da conciliação, a juíza federal substituta, Lívia Cristina Marques Peres, na titularidade da vara há cerca de um ano, conseguiu celebrar, no dia 6 de dezembro, 1.288 acordos em ações ajuizadas por servidores públicos federais contra a União. O plano foi simples: separar todos os processos de matéria idêntica e convidar as partes para o diálogo.

A ideia partiu da própria magistrada, ainda no início de novembro, devido à necessidade iminente de desafogar as prateleiras do juizado, que acumulavam mais de 13 mil processos, todos sob sua responsabilidade. Como já havia identificado um grande volume de ações relacionadas à paridade de aposentados e pensionistas com servidores da ativa, na Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa e de Suporte (GDPGTAS), Lívia Peres resolveu “peneirar” esses feitos. O trabalho foi concluído em poucos dias, com o auxílio do sistema JEF Virtual, que permite buscar e selecionar processos específicos. “Nós aproveitamos todos os recursos que o JEF virtual nos oferece”, relembra.

A seleção contou com a participação da coordenadora do JEF, Simone Souto, além de outros quatro servidores, e ocorreu de duas formas: por objeto e por advogado. Com esse método, foram separados 1.143 processos relacionados à GDPGTAS, 109 em que se discutia o pagamento de anuênio e outros 36 cujo embate envolvia a progressão funcional dos servidores. Convencida de buscar a conciliação, a União logo apresentou, em secretaria, as propostas de acordo, com a descrição detalhada de todos os parâmetros de cálculo dos benefícios. Em seguida, o documento foi certificado em cada um dos processos semelhantes. O próximo passo foi chamar os advogados para a sala de audiências.

A ação mobilizou centenas de pessoas, no dia 6 de dezembro. “Os corredores em volta da sala ficaram lotados. Foi uma cena muito interessante!” descreve a diretora da

Secretaria do JEF de Macapá, Marineide Cordula Soares. Os advogados, que representavam dezenas e até centenas de jurisdicionados, discutiram as propostas com os procuradores da União. Após os diálogos, as partes finalmente estreitaram as mãos. “Houve a discussão, eles fizeram algumas alterações naquele momento e fecharam o acordo”, conta Lívia Peres. Nos casos dos servidores que não dispunham de advogados e também optaram pela conciliação, a sentença foi proferida ao longo da semana, sem a necessidade de audiência.

As ações estão, agora, em fase de execução. Como a União precisa calcular cada feito individualmente, foi dado um prazo, de até cem dias, dependendo do tipo de processo, para que todos os valores sejam apresentados. A secretaria do juizado estima em R\$ 18 mil o pagamento médio para cada servidor, nos casos da gratificação GDPGTAS, o que resultaria em um total aproximado de R\$ 20,5 milhões negociados.

GDPGTAS

A Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa e de Suporte foi instituída em 2006, pela Medida Provisória 304/2006, convertida na Lei n.º 11.357/2006. A norma substituiu a extinta GDATA e virou motivo de entraves judiciais porque estabeleceu o percentual de até 60% do valor máximo da gratificação a ser pago aos servidores ativos, sem estender os mesmos critérios aos aposentados e pensionistas, que tiveram percentuais diferenciados. Na prática, contudo, a gratificação de produtividade é paga à base de 80% de seu valor total, sem a avaliação de desempenho, por falta de regulamentação.

Diante disso, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou, em abril de 2010, a Súmula n.º 49, resultante de jurisprudência sobre o tema. O texto sugere que a mesma regra que estabelece o percentual a ser pago aos servidores ativos seja, também, estendida aos inativos e pensionistas, até que a gratificação seja regulamentada. ■